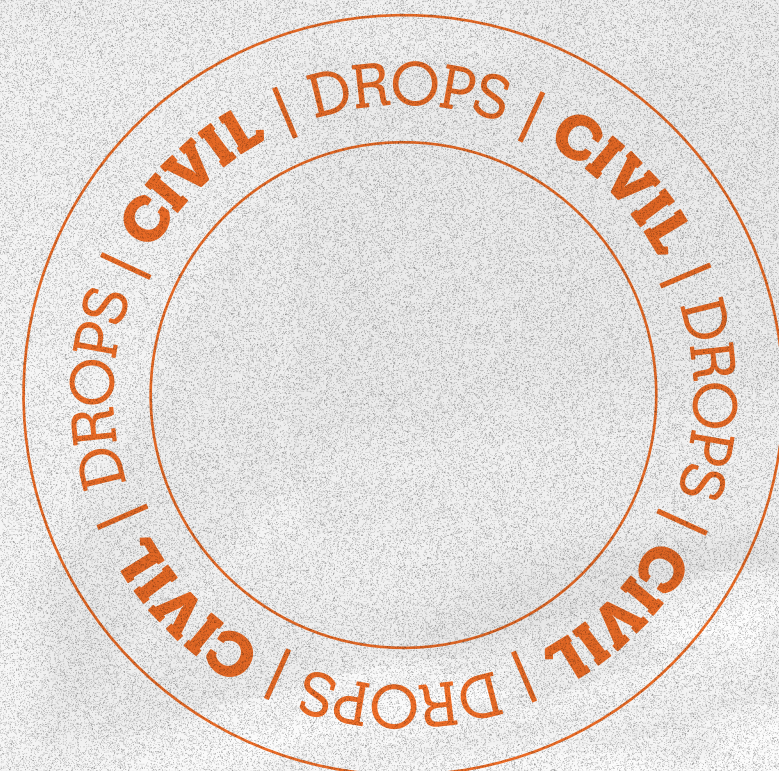




Litigância abusiva no Judiciário brasileiro

Diagnóstico nacional
revela impactos e caminhos
de enfrentamento



ROSENTHAL | GUARITÁ
ADVOGADOS

Dimensão do problema

- Mais de 129 mil processos já mencionam litigância abusiva;
- 34,7 mil registros apenas no primeiro semestre de 2025.

Principais impactos identificados

- Sobrecarga do Judiciário;
- Aumento de custos institucionais;
- Risco à previsibilidade e à segurança jurídica.



Medidas e soluções propostas

- Recomendação do CNJ para identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva, com adoção de boas práticas, capacitação institucional e compartilhamento de informações entre tribunais;
- Criação de cadastro nacional de decisões que reconheçam litigância abusiva, para cruzamento de dados e maior coerência decisória;
- Fortalecimento dos centros de inteligência do Poder Judiciário, voltados ao monitoramento de demandas repetitivas e abusivas;
- Aplicação da tese firmada pelo STJ, que autoriza o magistrado, diante de indícios de litigância abusiva, a exigir fundamentadamente a emenda da petição inicial para comprovação do interesse de agir;
- Uso de inteligência artificial para identificação de padrões, demandas em massa e prevenção de abusos, com apoio à gestão judicial.





ROSENTHAL | GUARITÁ
ADVOGADOS

 Rosenthal e Guaritá Advogados

 @rosenthalguaritaadvogados

 /rgfadvogados

 rgfadv.com.br